

*UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO-  
UFMT*

*PÓS-GRADUAÇÃO EM FILOSOFIA*

*Resenha da Disciplina Questões Filosóficas II*

*Título:*

*“A condição de possibilidade de toda ciência possível em Kant”*

*Professores*

*Emerson F. M. de Oliveira e Roberto Freire*

*Nome: Sávio Laet de Barros Campos*

## R e s e n h a

**A) Nome:** Sávio Laet de Barros Campos

**B) Título:** *A condição de possibilidade de toda ciência possível em Kant*

### 1. Introdução

Esta resenha pretende falar acerca da condição de possibilidade de toda ciência possível em Kant. Não é nossa intenção, nem de longe, exaurir o tema, mas apenas apresentar alguns conceitos que, segundo a nossa perspectiva, parecem determinantes para esclarecer os limites e possibilidades do conhecimento científico em Kant.

A fim de levarmos a cabo a nossa proposta, começaremos por distinguir alguns conceitos, discriminando-os. Assim, tentaremos estabelecer o que, para Kant, constitui uma experiência, e como ele define sensibilidade, sensação e intuição. Partindo disso, acreditamos poder explicar como se molda uma intuição empírica, e o que distingue a “coisa-em-si” do fenômeno. Em seguida passaremos a trabalhar a temática dos *juízos*, buscando diferenciar os *analíticos* dos *sintéticos*, e os sintéticos *a posteriori* dos *a priori*. Posteriormente, envidaremos esforços para mostrar, ainda que concisamente, como, segundo Kant, são os *juízos sintéticos a priori* que condicionam a existência das *ciências matemáticas e físicas*.

Abordaremos a questão relativa às *formas a priori do conhecimento*, tanto no que concerne às *intuições* ou *formas puras da sensibilidade – espaço e tempo –* quanto no que diz respeito às *categorias* ou *conceitos puros do entendimento*, e falaremos, ademais, acerca das *ideias reguladoras da razão*. Neste passo, tentaremos demonstrar como Kant distingue o *entendimento*, como *faculdade de julgar*, e a *razão*, como *faculdade silogística*. Acenaremos para a impossibilidade que Kant levanta à *metafísica tradicional*, suspendendo-a quanto a sua pretensão de

ser uma ciência; por fim, concluiremos tentando avaliar, ainda que sucintamente, quais sejam as principais repercussões da sua *crítica* para a teoria do conhecimento.

Transitaremos, na nossa abordagem, pela edição brasileira da editoria *Nova Cultural* da *Crítica da Razão Pura*, com tradução de Valério Rohden e Udo Baldur Moosburger. Valer-nos-emos, particularmente, das páginas que abrangem o *Prefácio à Segunda Edição*, a *Introdução* e a *Estética Transcendental*. Todavia, quando for necessário, tomaremos a liberdade de ultrapassá-los.

Demos ensejo ao desenvolvimento da temática que propusemos.

## 2. Desenvolvimento

Alguns conceitos têm que ser levados em conta para entendermos o que Kant estadeia com a sua crítica. Para ele, todo conhecimento começa pela *experiência*. Com efeito, o homem é dotado de uma *capacidade representativa* que o torna, por isso mesmo, capaz de receber uma *afecção imediata* de um *objeto* dado pela *experiência*. Ora, esta capacidade representativa de receber uma *afecção imediata* do objeto dado na experiência, Kant a chama de *sensibilidade*. E o *efeito próprio* do objeto sobre os nossos sentidos, Kant o denomina *sensação*. A sensação, por sua vez, é uma forma de *intuição*, isto é, apresenta-se como uma *percepção imediata* do objeto.

Agora bem, se, por um lado, Kant admite que todo conhecimento começa pela experiência, por outro, ele afirma também que isso não equivale a dizer que o conhecimento todo se origina na experiência. De fato, para Kant, em todo conhecimento cabe distinguir a *matéria* e a *forma*. Na verdade, o nosso conhecimento é *composto*. Existe, pois, aquela parte dele que procede das *impressões* deixadas pelos objetos em nós e outra que vem das nossas próprias *faculdades*, e que, ajuntando-se àqueles dados recolhidos da experiência, não pode, doravante, ser distinguidos deles senão por um detido exercício de *abstração*. Desta feita, podemos identificar em toda *intuição empírica*, dois elementos: as impressões do objeto deixadas em nossos sentidos mediante a experiência (a sensação) – a *posteriori*, portanto – e um elemento procedente da nossa própria faculdade

sensível, cuja função é realizar a *síntese* de todos os elementos fornecidos pela sensação, e que, ademais, é *independente* da própria experiência, ou seja, *a priori*.

Portanto, analisando agora a *intuição empírica* em sua inteireza, podemos distinguir, nela, duas coisas: a *sensação*, que depende da experiência, e certas disposições que independem da experiência. Estas são as *formas puras* da *sensibilidade*, que Kant também chama de *intuições puras*, justamente para distingui-las da *sensação*. Ora bem, estas *intuições puras* – específicas da sensibilidade – são duas: o espaço, que é a *forma pura da sensibilidade externa*, e o tempo, que é a *forma pura da sensibilidade interna*. Pois bem, a *síntese* dos dados da sensação (matéria), então submetidos ao espaço e ao tempo, dá origem ao *fenômeno* (do grego *phainómenon*= “aparência”, “manifestação”).

Agora bem, o único mundo que nos é acessível é precisamente o *mundo fenomênico*. E já que o fenômeno não é senão a *síntese* dos *dados da sensação* produzida pelas *formas puras da sensibilidade*, por ele não temos nenhum acesso à *coisa-em-si* (*noumenon*=*númeno*). Desta sorte, para Kant, o *conhecimento fenomênico* é o único *seguro*, porque somente ele irá conter os caracteres de *universalidade* e *necessidade*, indeclináveis a todo conhecimento que se pretenda *científico*. Sem embargo, *espaço* e *tempo*, bem como as *categorias do entendimento*, são formas presentes em todo *sujeito racional*. Tais formas, por seu turno, quando associadas aos *dados da sensibilidade*, tornam possível o saber científico e fundam todo conhecimento verdadeiro.

Partindo dos pressupostos arrolados acima, e dos conceitos arrazoados, acreditamos estar em condições de declinar a razão pela qual Kant escreveu a *Crítica da Razão Pura*, qual seja, estabelecer a possibilidade e os limites do conhecimento científico. Para tão momentosa tarefa, era-lhe necessário fundamentar, por primeiro, os critérios ineludíveis que condicionam a própria ciência. Ora, segundo Kant, todo conhecimento científico é fundado em juízos que possuem dois caracteres essenciais: universais e necessários por um lado, e extensivos do saber por outro.

De uma maneira geral, há dois tipos de juízo: *analíticos* e *sintéticos*. Os chamados *juízos analíticos* são *juízos de identidade* nos quais o predicado está incluído no sujeito. Quando digo, por exemplo, os *corpos são extensos*, o predicado “extenso” nada acresce ao sujeito “corpos”; na verdade, tal predicado só explicita o que já está implícito no próprio conceito de corpo, pois todos os corpos são

extensos. Tais juízos, portanto, embora universais e necessários – lembremos, *todos os corpos são extensos* – não são extensivos do saber, mas apenas *explicativos*, eles esclarecem uma ideia, sem nada lhe acrescentarem. Por conseguinte, conforme os critérios estabelecidos acima, o seu valor científico é nulo.

Há, no entanto, os chamados *juízos sintéticos*. Neles, o predicado não está incluído no sujeito, e a ele não é redutível de modo algum. Nestes juízos, há realmente uma *extensão* do saber, pois eles acrescentam ao sujeito, por meio de uma *síntese*, um predicado que não lhe é inerente por natureza. Ora, a certeza dos juízos analíticos provém do fato de eles serem juízos de identidade, razão pela qual qualquer tentativa de negá-los nos faria cair em *contradição* explícita. Já nos juízos sintéticos, onde não há uma identidade de natureza entre o sujeito e o predicado, a certeza advém da experiência. Agora bem, o que é dado pela experiência é sempre *particular* e *contingente*. Desta feita, os juízos sintéticos carecem dos atributos de necessidade e universalidade exigidos para todo conhecimento que se pretenda científico, inobstante sejam eles extensivos do saber e não meramente explicativos. De fato, a certeza, no caso destes juízos, é-nos dada *a posteriori*.

Destarte, Kant chega à conclusão de que, para se estabelecer a legitimidade de toda ciência, mister é demonstrar a existência de uma terceira espécie ou tipo de juízos, a saber, *os juízos sintéticos a priori*. Estes possuem, segundo ele, os dois atributos indeclináveis a todo conhecimento que se pretenda científico: universalidade e necessidade dum lado, e extensão do saber d'outro. Num esforço ingente, o filósofo de Königsberg, mediante a sua *Crítica da Razão Pura*, propõe levar a termo a demonstração da existência destes juízos.

O conhecimento *a priori*, na concepção de Kant, é o que fornece os caracteres de necessidade e universalidade a toda ciência possível. Ora, estes são universais e necessários porque não advêm da experiência, isto é, do objeto conhecido, mas sim do sujeito que conhece. Agora bem, para Kant, possuímos em nós, independentemente de qualquer experiência, certas disposições que condicionam a própria experiência, tornando-a possível. São ditas necessárias e universais tais disposições, porque, presentes em *todo sujeito*, encontram-se, ademais, em *todo objeto experimentado*. Kant chama-as de formas *a priori* do conhecimento. Há duas na sensibilidade: o espaço, concernente à *sensibilidade externa*, e o tempo, que diz respeito à *sensibilidade interna*. Há doze no entendimento, as chamadas *categorias*, e três na *razão pura*: as ideias de Deus, do

Mundo e do Eu. Finalmente, encontramos ainda duas na *faculdade do juízo*: o belo e a finalidade.

De posse destas *formas a priori*, e tendo-as estabelecido com uma simetria verdadeiramente arquitetônica, Kant passa a explicar o *mecanismo do conhecimento*. A realidade externa, cuja natureza, tal como é em si mesma, permanece-nos sempre uma incógnita impenetrável, impressiona-nos. Ora, ao impressionar a nossa sensibilidade, esta *matéria informe* sofre uma primeira *síntese*, uma vez que a nossa sensibilidade aplica-lhe as suas formas *a priori* de *espaço*, pois nenhum objeto de nossa experiência encontra-se fora de um local no espaço, e *tempo*, já que todas as nossas percepções ocorrem mediante estados psíquicos que se sucedem. Destas primeiras sínteses, surgem as *intuições da sensibilidade*, que legitimam a existência das *ciências matemáticas*. Delas se ocupa a *Estética transcendental*.

Estas *intuições da sensibilidade* sofrem, por sua vez, uma nova síntese. Quando consideradas pelo entendimento (*verstand*), são submetidas às *categorias*, que não são “subdivisões do ser” ou *legis entis* como em Aristóteles, mas *modos de afirmar* ou *legis mentis*. Graças a estas categorias, realizam-se novas sínteses entre o dado proveniente da sensibilidade e as formas *a priori* de *causalidade*, *unidade*, *pluralidade*, etc. Esta nova síntese torna válida a existência da *física*, entendida como *ciências da natureza*. Ao estudo desta síntese superior, consagra-se a *Analítica transcendental*.

Entretanto, a nossa razão (*vernunft*) não se contenta com a síntese condicionada pelos *conceitos puros do entendimento*. Ela é conduzida a *unificar* ainda mais e o quanto for possível os nossos conhecimentos. A este propósito unificador supremo servem as *ideias da razão*: Deus, o Mundo e o Eu. No entanto, ao contrário do que acontece com as categorias do entendimento que são aplicadas às *intuições da sensibilidade*, esta última síntese que a nossa razão inevitavelmente empreende, ao buscar, *silogisticamente*, passar do relativo ao absoluto, do condicionado ao incondicionado, extrapola os *limites de toda experiência possível*, pelo que não pode ser *extensiva* do saber e, conseqüentemente, ter um *valor científico*. Sem embargo, os resultados desta síntese são *ideias reguladoras*, que cumprem a função de dar uma maior unidade ao nosso conhecimento, mas não possuem um valor *objetivo*, porque não possuem uma *intuição empírica*

correspondente. O equívoco da *metafísica tradicional* consiste em imaginar que essas “ideias reguladoras” possuem uma *existência extramental*.

Para finalizar, perquiramos um pouco acerca do conceito de razão (“vernunft”), a partir da *Dialética transcendental*, que é onde o nosso filósofo estuda esta faculdade mais minudentemente. Com efeito, em Kant este termo “razão” (“vernunft”) tem dois sentidos distintos. O primeiro e mais geral é o de razão como *faculdade de cognição*. O segundo e mais específico, consiste em tomar o termo “razão” como *faculdade silogística e sintética*. É, pois, neste sentido determinado, que o conceito de razão será estudado na *Dialética*.

Para quem estudou a *Analítica transcendental*, na qual Kant pesquisa a faculdade do *intelecto (verstand)*, terá percebido que o intelecto – *faculdade de julgar* – é dotado de *conceitos puros*, também chamados por Kant de *categorias*, que encontram o seu uso legítimo, quando aplicados aos dados fornecidos pela sensibilidade, tornando-se, assim, como que elementos fundantes – dada a sua universalidade – das ciências físicas.

Agora bem, a razão consiste na atividade do intelecto, quando ele, ultrapassando os limites de toda experiência possível, e sem nenhuma intuição empírica correspondente, passa a se valer destas mesmas categorias que lhe são inerentes com vistas a dar uma maior unidade ao conhecimento. Ora, esta tendência de nosso intelecto a ultrapassar os limites da experiência é irrefreável, em virtude da sua própria natureza e estrutura. A razão, diz Kant, é a *faculdade do incondicionado*, no sentido de que ela nos impele, de modo inelutável, a passarmos do finito ao infinito, do condicionado ao incondicionado, do relativo ao absoluto. Em uma palavra, a razão é a *faculdade da metafísica*.

Sem embargo, para Kant, como se pode ver na *Analítica*, o intelecto é uma *faculdade de julgar*. Dada esta definição, o nosso filósofo se propôs instituir uma *tábua de juízos*, de acordo com os *modos de afirmar*. Desta *tábua de juízos* ele deduziu a *tábua dos conceitos puros* do intelecto, vale dizer, as *categorias*. Ora bem, a razão, diversamente do intelecto, é uma *faculdade de silogizar*. No entanto, ao contrário do que ocorre no intelecto, ela opera tão-somente com os *conceitos puros* (as categorias), sem aplicá-los aos *dados da sensibilidade*. Tendo presente esta diferença notável, Kant deduziu, analogamente ao que fez com o intelecto, da *tábua de silogismos* construídos pela razão, uma *tábua de conceitos puros da razão* a que ele reserva o nome de *ideias*.

De fato, os *silogismos* possíveis são três: o *categórico*, o *hipotético* e o *disjuntivo*. A eles correspondem, na mesma ordem, três Ideias: a Ideia psicológica (alma), a Ideia cosmológica (o mundo) e a Ideia teológica (Deus). Destarte, estas ideias têm uma função *reguladora imprescindível*, a saber, elas tendem a dar uma maior unidade ao nosso conhecimento e, sendo da nossa própria constituição buscar esta unidade, elas não podem de modo algum ser consideradas como *ilusões*. Entretanto, quando tomadas como constitutivas de uma espécie de *conhecimento transcendente*, como passíveis de demonstração – pretensão da *metafísica tradicional* – elas passam a ser *sedutoras* e *enganosas*. Mas isso, observa Kant, não se deve à existência ou ao uso delas, mas, sim, a um abuso que fazemos delas.

Agora bem, a principal de todas elas, a Ideia por excelência, é a Ideia teológica, a Ideia de Deus. Deus é o Ideal da razão, é o fim derradeiro para o qual a razão sempre se encaminha, o Absoluto, o Incondicionado, a síntese suprema, o Ser e o Modelo do qual todos os demais seres dependem.

No entanto, atribuir a esta Ideia esplêndida, concebida pela nossa razão, uma existência objetiva e extramental, é um erro do qual temos sempre que nos prevenir, pois sobre a existência ou não de tal ser, permanecemos, ao menos do ponto de vista do conhecimento especulativo, na mais total e completa ignorância.

Passemos às considerações finais.

### 3. Conclusão

A crítica de Kant mudou completamente a noção de conhecimento. Com efeito, de uma *representação do objeto* o conhecimento passou a ser uma *construção do sujeito*. As coisas, não as conhecemos tais como são *em si* mesmas, mas segundo aplicamos a elas as *formas puras da sensibilidade* e os *conceitos puros do entendimento*. O mundo que nos é acessível é unicamente o dos *fenômenos*, que se constituem, por sua vez, através daquela primeira síntese realizada entre a *matéria informe* e as *formas puras da sensibilidade: espaço e tempo*. A *coisa em si* permanece sempre impérvia às possibilidades do conhecimento humano.



## ***BIBLIOGRAFIA***

KANT. **Crítica da Razão Pura**. Trad. Valério Rohden e Udo Baldur Moosburger. São Paulo: Nova Cultural, 2000.

This document was created with Win2PDF available at <http://www.win2pdf.com>.  
The unregistered version of Win2PDF is for evaluation or non-commercial use only.  
This page will not be added after purchasing Win2PDF.